

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.535 - PE (2019/0022916-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E AUTARQUIA FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela Defensoria Pública da União contra decisão proferida pelo Presidente do TRF-5ª Região que negou seguimento ao seu recurso especial ante o óbice da Súmula 83/STJ e ante a inexistência de ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta a agravante que a jurisprudência do STJ é favorável ao seu pleito e que houve violação do artigo 1.022 do CPC/2015.

Em contraminuta ao agravo em recurso especial, sustenta-se a manutenção da decisão agravada.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR. CONDENAÇÃO DO INSS AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REGIME DO RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 421 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Insurgência recursal contra sentença que, nos autos de execução da obrigação de pagar relativa a honorários de sucumbência, declarou extinta a execução da obrigação de pagar por inexigibilidade do título executivo, com fundamento nos arts. 924, III e 925, do CPC/15, na Súmula nº. 421 do STJ no art. 381 do CC, bem como no entendimento exposto no REsp nº. 1199715/RJ.

2. O Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios quando a Defensoria Pública atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante. (RESP n. 1.199.715-RJ; Corte Especial; Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima; j. 16.02.2011; DJe 12.04.2011).

3. O INSS é pessoa jurídica de direito público interno e pertence à União (art. 41, IV do Código Civil) e, juntamente com a Defensoria Pública da União, está inserido no conceito de Fazenda Pública, não havendo como ser reconhecida obrigação da Fazenda para consigo mesma.

4. Presente o instituto da confusão, modalidade de extinção da obrigação em que na mesma pessoa se confundem as qualidades de credor e devedor,

nos termos do art. 381 do Código Civil.

5. Apelação não provida.

Em suas razões de recurso especial, sustenta a recorrente, ora agravante, que o Tribunal *a quo* violou os artigos 502, 505 e 508 do CPC/2015, uma vez que a Defensoria Pública da União possui autonomia e não se confunde com a União ou suas autarquias.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso especial transcorreu *in albis*.

Noticiam os autos que a Defensoria Pública da União requereu a intimação do INSS para cumprimento de sentença em relação aos honorários advocatícios de sucumbência.

A sentença extinguiu o processo por inexigibilidade do título executivo no tocante aos honorários advocatícios.

A Defensoria Pública da União apelou, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento aos recursos, nos termos da ementa supratranscrita.

A ora agravante opôs embargos de declaração, rejeitados.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante impugnou a fundamentação contida na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A questão recursal gira em torno do pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública.

Nos termos da Súmula 421/STJ, "*os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença*".

Ressalte-se que "*a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.199.715/RJ, submetido ao rito do artigo 543-C do CPC/1973, de Relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 12/4/2011, firmou entendimento de não serem devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atue contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública*" (AgInt no AREsp 888.057/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MONITÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). DEFESA REALIZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. DESCABIMENTO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535, II, do CPC/1973, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido

contrário à pretensão da parte recorrente.

2. "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença" (Súmula 421/STJ).

3. "Também não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública" (REsp 1.199.715/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/2/2011, DJe 12/4/2011).

4. No caso, como a CEF integra a mesma pessoa jurídica que a DPU, no caso, a União (Fazenda Pública), torna-se descabido o pagamento de honorários advocatícios.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1383669/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 18/08/2017)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator